

DEMOCRACIA, RELAÇÕES  
DE TRABALHO E GLOBALIZAÇÃO

*FERREIRA, P. M.*

## JUVENTUDE E DEMOCRACIA EM PORTUGAL *YOUTH AND DEMOCRACY IN PORTUGAL*

Pedro Moura FERREIRA<sup>1</sup>

**RESUMO:** o nível de satisfação quotidiana com a democracia tem sido relativamente elevado na juventude portuguesa, sobretudo após a fase de transição para o regime democrático, mas as tendências actuais tendem a revelar uma certa deterioração desse nível de satisfação. Dados recentes de um inquérito realizado mostram que o apoio à ideia de democracia tende a enfraquecer quando aumenta a distância entre o ideal democrático e a realidade concreta do seu exercício, ou seja, a forma como a política é percebida pelos jovens. Por esta razão, o artigo explora a questão da aceitação do sistema democrático e das suas regras processuais. Os resultados apontam para o facto dessa aceitação depender das circunstâncias e das relações sociais que enquadram as diferentes situações juvenis. A partir de uma arrumação tipológica, procura-se caracterizar e compreender as atitudes de confiança, de crítica e de distanciamento que se manifestam na juventude portuguesa no limiar do século XXI.

**PALAVRAS-CHAVE:** juventude; democracia; atitudes políticas; participação social e política. cidadania.

**ABSTRACT:** The level of satisfaction with everyday democracy has been relatively high among Portuguese young people, especially after the transitional phase to democracy, but the most recent tendencies indicate a decline of this level of satisfaction. In fact, one of key results from the last youth survey carried out in Portugal shows that the support to democracy weakens when the tension between the democratic idea and the reality of everyday politic life increases. This paper explores the question how young people support the democratic system. The answers show that the support to democracy depends on their respective circumstance and the resulting assessment of social relations. From a typology of attitudes to democracy, we aimed to measure to which extent Portuguese young people are content, critical or distanced with the everyday functioning of democracy at the beginning of the XXI century.

**KEYWORDS:** youth; democracy; political attitudes; political and social participation; citizenship.

### INTRODUÇÃO

Este texto propõe-se abordar a relação entre o apoio ao sistema democrático e as formas de participação social e política no âmbito das orientações políticas da juventude portuguesa. A importância da avaliação desta relação radica nas convicções actuais de que se assiste nas democracias ocidentais a um declínio do envolvimento público na política e a uma crise no sistema de representação democrática (NORRIS,

---

<sup>1</sup> - Professor do Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. [pmferreira@ics.ul.pt](mailto:pmferreira@ics.ul.pt)

1999; PHARR; PUTMAN, 1999). No entanto, a evidência empírica destas convicções nem sempre é totalmente esclarecedora na medida em que não existem séries longas disponíveis que permitam fundamentar e generalizar com precisão o declínio da participação cívica. A informação disponível, como a relativa à participação eleitoral, tende a sugerir uma evolução que de facto não é particularmente encorajadora. Na maior parte das sociedades ocidentais tem vindo a verificar-se um avanço da abstenção eleitoral (LANE; ERSSON, 1999; GRAY; CAUL, 2000, FREIRE; MAGALHÃES, 2002) e outros indicadores conhecidos por recurso a sondagens de opinião, como a adesão partidária ou a confiança nas instituições e nos líderes políticos, apontam também para uma progressiva erosão dos níveis de adesão e de apoio (CABRAL, 1995; DALTON; WATTENBERG; MCALLISTER, 2003). As explicações para estes desenvolvimentos são variadas, sendo as mais comuns as que indicam a deterioração do capital social (PUTMAN, 2000), o enfraquecimento das redes de envolvimento cívico (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995) ou o declínio da mobilização cognitiva (HUCKFELDT; SPRAGUE, 1995).

Do ponto de vista teórico, o receio de que o declínio da participação possa vir a minar os fundamentos democráticos das sociedades ocidentais baseia-se no argumento de que sem um apoio político (difuso e específico) por parte da maioria dos cidadãos as democracias não poderão sobreviver (EASTON, 1965). Este apoio, segundo *Fuchs* (1993), pode expressar-se através de três tipos de atitudes: expressivas, morais e instrumentais. As primeiras correspondem a apreciações genéricas de apoio afectivo e difuso, as segundas reportam-se aos fundamentos da legitimidade e as últimas centram-se na avaliação do desempenho com base em considerações de custo-benefício. Estas atitudes de apoio em relação ao sistema democrático estão presentes na nossa análise a partir de duas questões que foram colocadas aos inquiridos no âmbito de um estudo sobre o associativismo juvenil e a cidadania política dos jovens portugueses<sup>2</sup>. Uma das questões procura captar a adesão dos indivíduos aos princípios básicos ou às concepções ideais de democracia; a outra avalia o grau de satisfação com o funcionamento das instituições democráticas na sociedade portuguesa. Relacionando as duas questões com as diferentes atitudes do apoio

---

<sup>2</sup> A investigação sobre o associativismo juvenil e a cidadania política dos jovens portugueses baseou-se, do ponto de vista metodológico, na realização, em 2004, de um inquérito extensivo a uma amostra representativa de jovens entre os 15 e os 29 anos, residentes em Portugal Continental em localidades com dez ou mais fogos. A dimensão final da amostra foi de mil entrevistas.

político, pode entender-se a adesão à ideia democrática como uma avaliação moral que legitima o sistema político democrático e a satisfação com o seu funcionamento como traduzindo uma avaliação do desempenho desse mesmo sistema.

A análise das atitudes dos jovens é por si só um objectivo importante na medida em que permite equacionar aspectos do apoio e da legitimidade do regime democrático. No entanto, a vitalidade e a qualidade da democracia são se esgota nas apreciações ou avaliações dos cidadãos. A ideia de cidadania democrática pressupõe também uma participação activa dos cidadãos no funcionamento da vida colectiva. Caso contrário, corre-se o risco de se assistir ao aumento da distância entre eleitores e governantes e ver assim criadas ou ampliadas as condições para uma crise de legitimidade ou de representação do regime democrático. É, portanto, vital que as atitudes favoráveis à democracia sejam acompanhadas por sentimentos de confiança nas instituições e por uma participação activa na esfera pública. Neste sentido, o envolvimento cívico e político dos jovens é tão importante como as atitudes que manifestam.

As relações e as articulações entre as atitudes face à democracia e o exercício da cidadania activa terão assim de constituir um segundo pólo de análise. Basicamente procurar-se-á responder à questão de saber se a adesão à democracia corresponderá a uma cidadania mais activa, ou seja, se os cidadãos que aderem mais fortemente à ideia de democracia mostram mais propensão para se envolverem na esfera pública. A exploração destas relações não tem, no entanto, relação com a tese do suposto declínio da participação na esfera pública a que se referem alguns dos autores anteriormente citados. A questão que nos ocupa é saber de que forma as convicções democráticas e a avaliação da democracia se relacionam com a participação social e política dos jovens.

Do ponto de vista metodológico torna-se imperativo evitar qualquer confusão entre a avaliação do ideal democrático e a satisfação com o funcionamento da mesma. A tipologia proposta por *Gaiser* (2003) permite de uma forma operacional articular essas duas questões, originando quatro posicionamentos possíveis em relação à democracia:

- a) *Democratas satisfeitos*. Posição que corresponde à combinação entre a crença no ideal democrático e a avaliação positiva em relação ao funcionamento da democracia.

- b) *Democratas insatisfeitos*. Partilham da mesma crença que o grupo anterior, mas confessam-se insatisfeitos com o funcionamento da democracia. Um dos interesses desta atitude consiste em ver se a insatisfação se traduz em desilusão e na retracção individualista, ou se, pelo contrário, corresponde à procura activa de alternativas ao funcionamento democrático actual. Por isso esta posição poderia eventualmente designar-se por democratas críticos (KLINGEMANN, 1999), caso se provasse que a atitude crítica era de facto a mais generalizada.
- c) *Desafectos satisfeitos*. A falta de convicção democrática poderia reflectir uma hostilidade antidemocrática, mas, como veremos posteriormente, traduz mais significativamente uma atitude de indiferença perante a cidadania política que tem vindo a ser designada por desafeição (MONTERO; GUNTHER; TORCAL, 1998). Parece por isso mais adequado designar os jovens que não expressam uma adesão democrática por desafectos em vez de designá-los por antidemocratas. Além disso, seria um pouco incongruente, a menos que fosse meramente residual, encontrar uma associação positiva entre as convicções antidemocráticas e a satisfação com o funcionamento da democracia, como acontece com os jovens que assumem esta atitude.
- d) *Desafectos insatisfeitos*. Este grupo alia a ausência de convicções democráticas à visão negativa sobre o funcionamento da sociedade. A posição deste grupo pode traduzir quer uma preferência por sistemas e valores não democráticos quer uma frustração ou insatisfação em relação à cidadania democrática.

Será, portanto, a partir desta tipologia de atitudes de apoio que procuraremos alargar a nossa análise às relações entre as atitudes face à democracia e as formas de participação juvenil.

O itinerário que se seguiu começa por analisar o apoio que os jovens concedem nos dias de hoje à democracia através das duas questões já referidas, ou seja, por um lado, a da adesão aos princípios e às concepções ideais de democracia e, por outro, a da satisfação com o seu funcionamento concreto na sociedade portuguesa. O passo seguinte consiste em mostrar a distribuição dos quatro posicionamentos que resultam da tipologia das atitudes de apoio e em estabelecer o perfil social de cada um deles. Por último, analisaremos as implicações que resultam desses quatro posicionamentos nas formas de participação social e política.

**AS ATITUDES DOS JOVENS PORTUGUESES FACE À DEMOCRACIA**

Segundo os resultados do inquérito (Quadro 1), a pergunta que refere a adesão ao ideal democrático reúne um apoio bastante generalizado (o somatório das duas respostas mais favoráveis corresponde a 70,4%), enquanto a pergunta sobre a satisfação suscita um nível de entusiasmo significativamente mais baixo (44,4%, considerando também as duas respostas que exprimem mais satisfação)<sup>3</sup>. A diferença entre os dois indicadores pode explicar-se pelo facto de a adesão ao ideal democrático ser relativamente imune às flutuações da conjuntura económica e política que afectam significativamente a avaliação do desempenho concreto da democracia. Factores como escândalos governamentais ou a incapacidade dos agentes políticos em promoverem o crescimento económico e o emprego têm sido apontados como podendo afectar a satisfação das pessoas, mas que não afectam necessariamente a crença na democracia.

**Atitudes face à democracia**

**[Quadro 1]**

A democracia é a melhor forma de governo (%)					Satisfação com a democracia (%)			
Concordo totalmente	Concordo	Não concordo, nem discordo	Discordo	Discordo totalmente	Muito	Mais ou menos	Pouco	Nada
21,8	48,6	25,5	3,5	0,7	3,9	40,5	42,5	13,1

Com efeito, a adesão à ideia democrática é, como referimos, elevada, mas mesmo entre os que não se manifestam a favor dela, a atitude de oposição claramente assumida é baixa: apenas 4,2% dos inquiridos discordam ou discordam muito da ideia de que a democracia representa a melhor forma de governo. A maior parte dos que não a apoiam expressamente refugia-se na posição neutra de quem não concorda mas também não discorda (25,5%). Esta posição não traduz necessariamente uma preferência por sistemas não democráticos, devendo ser mais adequadamente interpretada como a manifestação de uma atitude de indiferença ou passividade em relação à cidadania política, mas que não exclui a possibilidade de em determinadas conjunturas, de que não faltam exemplos históricos recentes, se tornar

<sup>3</sup> As perguntas relativas às atitudes de apoio foram formuladas nos termos seguintes: a) Muitas pessoas pensam que a democracia é a melhor forma de governo. Concorda totalmente, concorda, não concorda nem discorda, discorda ou discorda totalmente com esta opinião?; e b) De uma forma geral, encontra-se muito satisfeito, mais ou menos satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com a forma como a democracia funciona em Portugal?.

um campo fértil para a eclosão de iniciativas e movimentos antidemocráticos, como a xenofobia ou o racismo. Apesar deste risco, o apoio à democracia parece estar bem enraizado na juventude portuguesa e não surge ameaçado pela insatisfação que a maior parte dos jovens experimentam em relação ao seu real funcionamento.

Se a crença democrática não surge directamente ameaçada, a avaliação pouco ou nada positiva que a maioria dos jovens faz do funcionamento do sistema democrático não deixa de ser preocupante e poderá estar relacionada com o pretenso declínio da participação cívica e política. Mas, como se disse, está fora do âmbito da análise confrontar as causas da fraca participação que se observa nas sociedades democráticas, já que o nosso interesse incide nas consequências que os níveis de satisfação acarretam para a democracia e a participação. Deste ponto de vista será particularmente importante analisar a imbricação dos jovens insatisfeitos nos deveres cívicos e políticos e o papel das convicções democráticas no exercício da cidadania.

As democracias para se reforçarem precisam de mobilizar os cidadãos, especialmente os grupos mais propensos a apoiar ou até a protagonizar a regeneração das instituições democráticas. A identificação desses grupos poderá ser realizada recorrendo à tipologia das atitudes de apoio à democracia. Tendo em consideração que os jovens que apoiam a concepção ideal de democracia suplantam em grande número os que não a aprovam, não restam dúvidas de que a posição democrata estará mais representada, desconhecendo-se apenas o seu desdobramento de acordo com os níveis de satisfação. A distribuição dos dados (Quadro 2) mostra que a distância entre eles é bastante pequena, cabendo, no entanto, a supremacia aos democratas satisfeitos em relação aos insatisfeitos (36,5%, contra 34,7%).

Olhando agora para os jovens que não alimentam ou pelo menos não expressam convicções democráticas, ou seja, os que expressam uma atitude de desafeção, a distribuição entre satisfeitos e insatisfeitos é muito mais desequilibrada, inclinando-se a favor da insatisfação. Com efeito, o grupo dos desafectos insatisfeitos representa um quinto da população, enquanto menos de um em cada dez jovens se assume como desafecto satisfeito (8,4%). A insatisfação parece exercer assim um efeito mais evidente nos jovens que não expressam convicções democráticas do que nos jovens que as manifestam de forma explícita. A razão é facilmente explicável: quem não se assume como democrata tem menos razões para expressar satisfação com o seu funcionamento. Mas, como anteriormente se referiu, a não adesão à democracia pode

traduzir um sentimento de indiferença face à cidadania política, pelo que não é incompatível identificar, ainda que minoritariamente, um conjunto de jovens sem convicções democráticas que manifesta satisfação com o seu modo de funcionamento.

**Tipologia das atitudes face à democracia (%)**

[Quadro 2]			
Democratas satisfeitos	Democratas insatisfeitos	Desafectos insatisfeitos	Desafectos satisfeitos
34,7	36,5	20,4	8,4

Um dos interesses da tipologia é de chamar a atenção para a forma como o grupo dos democratas insatisfeitos gere o conflito ou a tensão inerente às suas atitudes em relação à democracia. Se no caso dos desafectos insatisfeitos existe apenas uma atitude negativa e contrária à democracia, no caso dos democratas insatisfeitos a insatisfação pode transformar-se em mobilização a favor do melhoramento dos mecanismos de funcionamento da democracia representativa (KLINGEMMAN, 1999). A verificar-se esta hipótese, a insatisfação destes últimos seria assim sinónimo de uma posição crítica voltada para a transformação das instituições democráticas. Obviamente que a possibilidade de o germe da mudança social radicar nos democratas insatisfeitos necessita de ser explorada pela observação dos níveis de participação, especialmente no que diz respeito às formas alternativas ou não convencionais do envolvimento político. A estas questões se voltará numa fase posterior de análise depois de se terem descrito os atributos que caracterizam os perfis sociográficos dos quatro grupos que compõem a tipologia. De forma a enriquecer e aprofundar as atitudes face a democracia, a descrição desses perfis incluirá, além das variáveis de natureza estrutural e sociográfica, três variáveis de ordem atitudinal, a saber: o nível de pessimismo em relação ao país, a desafectação partidária e a concepção mais liberal ou igualitária sobre a vida social.

#### OS PERFIS SOCIAIS DAS ATITUDES EM RELAÇÃO À DEMOCRACIA

Numerosos estudos têm mostrado a existência de efeitos bastante significativos de determinadas variáveis estruturais, designadamente o nível de instrução, no grau de interesse que os jovens manifestam em relação à mobilização política (por exemplo, CABRAL, 2004). No que respeita às atitudes face à democracia essas relações estão muito menos exploradas, pelo que não se pode automaticamente presumir a presença de efeitos igualmente importantes. Quanto muito,

tomando como certa a variação da satisfação com a democracia em função das condições materiais, pode presumir-se que os sectores socialmente menos inseridos e economicamente mais débeis experimentem níveis de insatisfação mais elevados relativamente ao modo como a democracia funciona. Mas, no que toca às crenças democráticas, as presunções são mais difíceis de aventar, sendo, no entanto, possível admitir que as variáveis correlacionadas com a mobilização e a acção políticas, como a idade ou o nível de instrução, possam também condicionar significativamente a adesão a essa crenças. A descrição dos perfis dos quatro grupos permitirá a verificação das presunções agora avançadas (Quadro 3).

Começando por referir o grupo mais importante — o dos democratas satisfeitos — verifica-se que se caracteriza por uma composição masculina ligeiramente mais forte, uma presença mais significativa dos escalões etários mais novos, que o torna o segundo grupo mais jovem ainda que bastante distanciado do grupo mais juvenil dos desafectos satisfeitos, uma representação mais forte dos estudantes, a que se associam níveis de instrução mais elevados, especialmente do ensino superior, e uma pertença preferencial aos sectores burgueses em detrimento dos sectores assalariados. Os democratas satisfeitos mostram-se ainda menos atingidos pela desafecção partidária, menos pessimistas em relação ao futuro do país e não se distinguem dos outros jovens em termos da preferência pela liberdade em contraposição à igualdade.

Uma suposição que pode ser feita em relação aos democratas insatisfeitos é a de pontuarem mais alto do que os democratas satisfeitos no indicador de pessimismo. Com efeito, juntamente com os desafectos insatisfeitos que têm uma posição ainda mais negativa, apresentam uma atitude preocupada e pessimista face ao futuro do país. A insatisfação está sem dúvida ligada às condições materiais e aos sentimentos de privação que afectam determinados sectores juvenis. E é possivelmente a presença desses sectores que contribui para traçar um perfil com características algo distintas das do grupo anterior. Os democratas insatisfeitos, do ponto de vista do género, exibem mais equilíbrio, ainda que ligeiramente favorável às mulheres, revelam-se como o grupo etariamente mais velho, pelo que é natural observar uma vantagem da condição trabalhadora sobre a estudantil, mas em termos de pertenças sociais e de níveis de instrução não se mostram distintos do resto da população. Constituem ainda o grupo que regista a posição mais favorável à concepção da liberdade e o que manifesta mais intensamente

preferências e simpatias partidárias. Estes dois últimos indicadores convergem no sentido do reforço das convicções democráticas, que coexistem com níveis de insatisfação elevados em relação à forma como a democracia funciona. É portanto, de sublinhar que à luz dos elementos analisados as convicções não são abaladas pelas críticas que se dirigem ao funcionamento concreto da democracia, ainda que essas críticas sejam seguramente afectadas pelas situações materiais de existência e pelos sentimentos de insegurança e de privação que delas derivam.

Perfis sociais das atitudes perante a democracia

[Quadro 3]

	Democratas satisfeitos	Democratas insatisfeitos	Desafectos insatisfeitos	Desafectos satisfeitos	Total
Total	36,5	34,7	20,3	8,5	100
Masculino	55,1	48,8	55,3	29,1	50,7
Feminino (V=0,144; p=0,000)*	44,9	51,2	44,7	70,9	49,3
15-19	29,1	22,2	23,7	50,0	27,4
20-24	35,6	35,5	37,9	24,4	35,1
25-29 (V=0,121; p=0,000)*	35,3	42,3	38,4	25,6	37,6
Estudantes	40,1	33,0	26,	53,8	36,0
Trabalhadores	51,9	55,6	58,9	34,6	53,2
Desempregados	5,9	8,6	12,1	6,4	8,2
Outra (V=0,102; p=0,001)*	2,1	2,8	2,6	5,1	2,7
Ensino básico	37,7	45,3	57,9	53,8	45,8
Ensino médio	41,5	37,6	30,0	33,3	37,1
Ensino superior (V=0,111; p=0,001)*	20,8	17,1	12,1	12,8	17,0
Burguesia	12,1	10,2	5,9	9,2	9,9
Nova burguesia assalariada	13,9	14,6	7,0	21,1	13,4
Pequena burguesia tradicional	3,9	4,1	2,2	3,9	3,6
Salariado não-manual	39,3	39,5	39,5	47,4	40,1
Trabalhadores independentes	4,2	2,2	7,6	,0	3,9
Salariado manual (V=0,116; p=0,001)*	26,6	29,3	37,8	18,4	29,1
A favor da liberdade	41,2	45,7	33,0	40,3	41,1
A favor da igualdade (V=0,; p=0,000)*	58,8	54,3	67,0	59,7	58,9
Muito/algum interesse político	41,3	32,1	22,1	32,9	33,5
Pouco/nenhum interesse político (V=0,115; p=0,000)	58,6	67,9	77,9	67,1	66,5
Optimismo em relação ao futuro	27,8	22,8	19,8	38,2	25,3
Preocupação face ao futuro (V=0,114; p=0,008)	72,2	77,2	80,2	61,8	74,7
Sem simpatia partidária (V=0,141; p=0,000)*	41,2	36,1	50,0	64,1	43,1

(\*) As relações entre as variáveis foram medidas através do V de Cramer. Esta medida de associação baseia-se na estatística de qui-quadrado e varia entre 0 (ausência de associação) e 1 (associação perfeita).

Continuando a analisar os jovens que expressam insatisfação em relação ao funcionamento da democracia deparamo-nos com um segundo grupo que, contrariamente aos dois anteriores, não manifesta

convicções democráticas. Conforme já referimos, esta falta de convicções mais do que traduzir uma aversão à democracia e uma preferência por soluções não democráticas revelaria uma atitude de indiferença em relação à cidadania e à organização políticas. Mesmo admitindo esta interpretação, não deixa de constituir um motivo de preocupação o facto de um em cada cinco jovens manifestar uma posição negativa e indiferente, e possivelmente adversa nalguns deles, em relação à democracia. Nuns casos porque esses jovens poderão vir a ser mobilizados por iniciativas e movimentos não democráticos; noutros porque os níveis elevados de desmobilização e de desmotivação em relação ao exercício dos direitos cívicos e políticos contribuem para minar os fundamentos de uma democracia saudável. Torna-se por isso importante identificar as variáveis que condicionam a atitude mais negativa e contrária à cidadania democrática.

A descrição do grupo dos desafectos insatisfeitos evidencia de novo uma supremacia masculina, uma acentuada presença dos escalões mais velhos, que reflecte a forte representação da condição trabalhadora que, neste grupo, ultrapassa a do anterior, sendo, portanto, a mais elevada, a que se associam os valores mais altos de desemprego. Não restam dúvidas de que os desafectos insatisfeitos têm pouca afinidade com o universo estudantil e pertencem significativamente ao mundo dos assalariados manuais. Do ponto de vista da instrução, constituem o grupo menos escolarizado, com uma representação maioritária no escalão do ensino básico. Tendem também a manifestar a atitude mais negativa em relação ao futuro do país, a expressar a disposição mais favorável à concepção da igualdade em detrimento da liberdade e a revelar o segundo maior afastamento no que respeita à simpatia partidária.

As características que surgem associadas ao perfil sociográfico sugerem assim que a localização social dos desafectos insatisfeitos radica nos sectores menos qualificados das classes trabalhadoras, como indiciam os níveis de instrução, e mais atingidos pelas condições de precariedade económica, de que os valores do desemprego dão prova. Se a avaliação negativa da democracia pode ser facilmente imputável às condições materiais, como observámos também no grupo dos democratas insatisfeitos, a falta de adesão ou a atitude de indiferença, e eventualmente adversa, às convicções democráticas deve ser imputada à escolaridade. Como verificaremos também no último grupo, os jovens que manifestam uma atitude de desafecção estão, comparativamente aos jovens democratas, bastante mais representados no escalão mais

baixo de instrução, sugerindo que a educação exerce uma influência importante no desenvolvimento dos ideais e das convicções democráticas.

O último dos quatro grupos da tipologia das atitudes ilustra uma lógica minoritária em que a satisfação com as condições de funcionamento da sociedade se articula com manifestações de indiferença, e eventualmente de aversão em alguns casos, relativamente às convicções democráticas. Quase que se poderia dizer que a crítica está ausente na medida em que a democracia não representa um valor com significado. Não se verifica neste grupo, contrariamente ao anterior, qualquer mistura entre o mal-estar social e a posição não democrática. Que atributos sociais poderão então estar na base das tendências que os desafectos satisfeitos revelam? Como se sugeriu na descrição do grupo precedente, a relação positiva que se verificou existir entre a educação e as crenças na democracia deverá também observar-se nos jovens desafectos satisfeitos. De facto, assim é. A representação maioritária no escalão menos elevado de instrução e a presença proporcionalmente mais baixa nos outros dois escalões sustentam a influência positiva da educação no desenvolvimento dos valores democráticos. E uma prova adicional desta influência reside no facto de a instrução, mais precisamente a baixa escolaridade, ser a única variável comum aos dois grupos de jovens desafectos que divergem no que respeita às outras variáveis, exceptuando a desafecção partidária pela razão adiante indicada.

Assim, verificamos que os jovens desafectos satisfeitos têm um claro predomínio feminino e são significativamente mais novos do que os outros três grupos. Por esta razão não se estranha que estejam fortemente representados no meio estudantil, mas surpreende a importância da categoria ocupacional *outra* — que inclui sobretudo as actividades domésticas —, que não poderá deixar de estar relacionada com a composição feminina do grupo. Do ponto de vista da localização social estão mais inseridos em certos sectores das «classes médias». Não revelam preferência especial entre a concepção de liberdade e a da igualdade, mas de todos os grupos é o que se mostra mais optimista face ao futuro e o mais adverso a simpatias partidárias, atitude que partilha com os jovens desafectos insatisfeitos. Mas, enquanto nestes últimos a aversão partidária pode ainda ser interpretada como um sintoma da insatisfação que os atinge, nos jovens desafectos satisfeitos é mais um reflexo do desinteresse que a cidadania política neles suscita.

## A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

O objectivo principal da construção de uma tipologia das atitudes face à democracia consistiu na identificação e na quantificação dos sectores mais susceptíveis de a apoiarem e de, eventualmente, contribuírem para a sua regeneração e dinamização, e dos que poderão vir a oferecer resistência. No entanto, as contribuições que os diferentes grupos de jovens poderão vir a dar não podem apenas ser vistas sob a perspectiva das atitudes. As democracias pressupõem o exercício de uma cidadania activa pelo que a participação social e política é uma dimensão essencial ao desenvolvimento e aprofundamento democráticos (ALMOND; VERBA, 1963). Quando se fez referência às teorias que procuram dar conta do actual declínio da participação chamou-se a atenção para a multiplicidade de factores que influenciam os níveis de acção e de mobilização. O nosso objectivo não é, no entanto, entrar por este campo, mas de procurar explorar as relações entre os quatro grupos que integram a tipologia das atitudes e a participação dos jovens.

A incursão nas formas de acção e de mobilização juvenis permite alargar e aprofundar o comportamento dos jovens em relação à democracia. Mais precisamente procurar-se-á estabelecer as relações entre a participação e as atitudes, sabendo-se que dificilmente serão lineares, tendo em conta as oposições em que assentam: por um lado, entre posições favoráveis e desfavoráveis (quer sejam de indiferença ou de hostilidade) em relação à democracia, e, por outro, entre sentimentos de satisfação e de insatisfação em relação ao seu funcionamento. Mas antes de analisá-las é necessário caracterizar e descrever previamente os indicadores da participação política e social.

O conceito de participação é, no âmbito desta análise, tomado numa acepção ampla. Por um lado, integra a esfera política, incluindo nela os actos e actividades que decorrem do funcionamento institucional, em que o exercício eleitoral se apresenta como o mais emblemático, e os que resultam do exercício dos direitos políticos, como é o caso das manifestações ou de outras formas de protesto; por outro, contempla a esfera social, tomando neste âmbito em consideração as inúmeras expressões da acção cívica que se manifestam em diversos sectores da sociedade, como no associativismo ou no voluntariado. Partindo desta acepção lata, a participação política e social dos jovens portugueses será caracterizada com base em cinco indicadores, três dos quais relativos à esfera política e dois à esfera social.

Começando por referir os indicadores políticos, dois deles dizem respeito ao comportamento eleitoral e o terceiro contempla o envolvimento em acções ou actividades que decorrem do exercício dos direitos políticos. Os indicadores eleitorais resultam de duas perguntas directas: uma inquirindo a participação nas últimas eleições legislativas;<sup>4</sup> outra indagando a intenção de participar no próximo ciclo eleitoral. Ambos os indicadores registam elevadas percentagens de respostas favoráveis. Ao acto eleitoral terão concorrido cerca de 60% de jovens<sup>5</sup>, um número que apesar de estar abaixo da média da população não deixa de ser significativo considerando a tendência mais acentuada dos jovens para a abstenção. Em termos de intenção, ou seja considerando os que estão certos ou quase certos de que irão votar, a participação sobe para 70%.

O terceiro indicador político assenta num conjunto amplo de actividades que ultrapassam o âmbito convencional da acção política, como assinar uma petição, participar em acções de protesto ou fazer um donativo. Em relação a cada uma das iniciativas procurou-se saber se foi ou não realizada nos últimos doze meses ou nos anos anteriores, constituindo a agregação das iniciativas uma medida do nível de envolvimento político não institucional dos jovens portugueses (Quadro 4).

As respostas às acções realizadas no decurso dos últimos doze meses revelam que a acção mais popular consiste em contribuir com donativos ou em participar em acções que visam obtê-los. Perto de 15% dos jovens assumem tê-lo feito no último ano, percentagem que aumenta para 40% se considerarmos o conjunto daqueles que alguma vez o fizeram. A segunda iniciativa mais concorrida consiste em assinar uma petição ou um abaixo-assinado, tendo mobilizado um em cada dez jovens no último ano. Alargando-se o horizonte temporal, o nível de participação triplica.

<sup>4</sup> Reportam-se às eleições para o parlamento português realizadas em 2002.

<sup>5</sup> À pergunta apenas responderam os jovens que na altura do acto eleitoral tinham a idade legal (18 anos) para poderem votar ( $n=589$ ).

## A participação política não institucional (%)

[Quadro 4]

	Fez no último ano	Fez antes	Total
Assinar uma petição ou um abaixo-assinado	10,3	22,1	30,4
Boicotar ou comprar por razões políticas, éticas ou ambientais	7,2	13,4	20,6
Participar em manifestações ou acções de protesto	5,4	19,8	25,2
Ir a um comício político	2,3	12,3	24,6
Participar em greves	6,7	21,8	28,5
Contactar ou tentar contactar um político	2,9	4,4	7,3
Dar dinheiro ou recolher fundos para uma actividade social	14,4	26,6	41
Contactar comunicação social para expressar opiniões	1,4	3,8	5,2
Participar num fórum político	2,1	4,6	6,7
Divulgar propaganda partidária	2,3	6,5	8,8

As restantes iniciativas revelam uma capacidade actual de mobilização abaixo de 10%. No entanto, se agregarmos a participação actual e a passada, algumas delas, atingem valores bastante expressivos. A que surge na primeira posição é a adesão à greve: três em cada dez jovens já recorreram a este meio de luta, um quarto dos quais no decurso do último ano (6,7%). Visando influenciar o curso dos acontecimentos políticos, a participação em manifestações e em acções de protesto atraem ou atraíram um quarto do nosso universo. Numa posição um pouco mais atrás, em termos de capacidade de mobilização, atingindo um quinto dos jovens, surge a prática de boicote ou de compra de produtos de consumo por razões de natureza política, ética ou ambiental. Curiosamente, é, neste conjunto de iniciativas que estamos a comentar, a que atinge o valor mais elevado no último ano (7,2%), reflectindo muito provavelmente o carácter mais recente desta forma de contestação, mas também o eco que encontra junto dos sectores juvenis. Por último, na lista das iniciativas que ultrapassam a fasquia de 10% aparece a ida a um comício político. Não chegam a 15% os jovens que declaram ter alguma vez participado nesta iniciativa política, e a percentagem dos que nela participaram no último ano é quase irrisória (2,3%), tanto mais que nesse ano decorreu um processo eleitoral. Este dado converge no sentido da argumentação de que se assiste hoje em dia a um declínio da participação dos cidadãos que se reflecte também na capacidade de mobilização por parte dos actores políticos, designadamente os partidos políticos.

O grupo das iniciativas menos participadas integra as acções que exigem mais empenhamento activo, como distribuir propaganda partidária (8,8%), contactar um político para emitir uma opinião (7,3%) e expressar publicamente opiniões através da Internet, de grupos de discussão política (6,7%) ou ainda através da comunicação social (5,2%).

Se o número de jovens alguma vez envolvidos nestas iniciativas é bastante pequeno, em termos de prática actual, ou seja, no decurso dos últimos doze meses, desce a valores quase residuais: são menos de três em cada cem os jovens que as referem. Atendendo à natureza activa e empenhada das iniciativas em causa, a reduzida expressão que registam reflecte assim o efeito refractário que presentemente a esfera política parece suscitar na sociedade.

A medida do envolvimento em acções não institucionais que decorrem do exercício da cidadania política assenta, como se referiu, na agregação das acções e iniciativas referidas pelos inquiridos. Essa agregação deu origem a três níveis de participação em função da frequência das iniciativas (Quadro 5). A participação nula, ou seja, a ausência de qualquer envolvimento nas iniciativas atinge um terço dos jovens (34,1%), a participação baixa que contempla a referência a uma ou duas acções é ligeiramente superior (35,4%), situando-se a participação moderada ou alta, com três ou mais acções assinaladas, um pouco abaixo das outras duas (30,5%). Ainda que o inquérito não contemplasse o número de vezes que uma mesma acção foi realizada, subestimando um pouco o volume de participação, sobretudo dos jovens mais activos, não deixa de ser muito significativo verificar que uma parte importante dos jovens faz um uso muito limitado e, em muitos casos, nulo do exercício dos direitos de participação que decorrem da cidadania política

Participação política não institucional (%)

[Quadro 5]

Participação nula	Participação baixa	Participação média/alta
34,1	35,4	30,5

Contemplada a descrição dos indicadores relativos à participação política, podemos passar a considerar a participação social que foi medida através de dois indicadores, um recenseando a pertença associativa e o outro o envolvimento em acções de voluntariado. A selecção destes indicadores é bastante recorrente na medida em que reflecte as *virtudes cívicas* dos cidadãos e o envolvimento na comunidade. O interesse pela *coisa pública* e a acção comunitária são expressões de uma participação necessária à afirmação e consolidação da cidadania democrática.

A participação dos jovens captada no inquérito revela que a pertença associativa não se afigura particularmente elevada: apenas um

em cada quatro jovens admite ter pelo menos uma filiação associativa (26,7%). A adesão revela-se também muito pulverizada. A principal concentração surge no sector desportivo, atingindo um pouco mais de um em cada dez jovens. Nenhum outro sector da vida associativa suscita uma vitalidade semelhante. As actividades que mais se aproximam não chegam a mobilizar 5% dos jovens, ou seja, menos de metade do que a adesão desportiva suscita. À frente figuram as associações de estudantes (4,9%), as culturais ou artísticas (4,8%) e as de natureza religiosa ou paroquial (4,2%). Um pouco mais distanciadas, aparecem as associações de juventude (2,8%) e as de natureza política, designadamente partidária (2,3%). Com valores quase residuais (abaixo de 2%), surgem por fim um leque vasto de associações cuja acção contempla diversos campos sociais (comunitário, profissional, ambiental, sindical ou de defesa de direitos).

À semelhança da participação política não institucional, o envolvimento associativo é medido através de um indicador compósito resultante do número de associações a que cada jovem está vinculado (Quadro 6). Também neste caso foram considerados três níveis: a desvinculação associativa, a pertença a uma só associação e a pertença múltipla (duas ou mais associações). Como já se referiu, o associativismo, ou mais precisamente a pertença associativa, atrai um número relativamente restrito de jovens. A maior parte deles (73,3%) não tem qualquer vinculação associativa. Pertencendo a uma organização encontram-se quase um em cada cinco jovens (18,7%). E os envoltimentos associativos múltiplos dizem respeito a uma minoria (8%). Vista pelo indicador da pertença associativa, a participação social dos jovens portugueses é certamente limitada e situa-se aquém dos valores registados na esfera política. Será esta tendência confirmada pelas acções de voluntariado?

Ainda que muitas das actividades que se desenvolvem no âmbito associativo possam ser integradas numa definição ampla de voluntariado, a definição adoptada assenta num critério mais restritivo que a circunscreve à “realização de um trabalho de ajuda aos outros sem receber qualquer pagamento monetário” (WILSON, 2000). Esta definição pressupõe, por conseguinte, que um trabalho é considerado voluntário se reunir uma dupla condição: por um lado, a não existência de uma remuneração como contrapartida do trabalho realizado e, por outro, a referência à intenção ou ao desejo de ajudar os outros. Esta restrição não impede, evidentemente, a existência de uma sobreposição necessária entre trabalho voluntário e determinadas actividades

desenvolvidas em algumas associações, mas impede claramente que qualquer tipo de prática associativa se inscreva automaticamente no âmbito do voluntariado.

**Participação social**

**[Quadro 6]**

Pertenças associativas (%)			Envolvimento em acções de voluntariado (%)	
Nenhuma	Uma	Múltiplas	Não voluntário	Voluntário
73,3	18,7	8,0	86,0	14,0

A aceitação da definição proposta parece ter sido seguida pelos inquiridos na medida em que, como seria de esperar, as respostas quer relativas ao número de voluntários quer em relação às associações onde desenvolvem as actividades, são significativamente em menor número do que as verificadas a propósito das pertenças e práticas associativas. Assim, não é de estranhar que o inquérito tenha avaliado em 14% o número de jovens envolvidos nos últimos três anos em acções e iniciativas voluntárias. À luz deste resultado, que aponta no mesmo sentido da pertença associativa, a participação cívica dos jovens portugueses está longe de constituir uma prática generalizada. Ainda que se possa admitir que uma caracterização realizada com base em dois indicadores proporcione uma visão incompleta da mesma, a relevância dos indicadores usados não pode deixar de sugerir um protagonismo juvenil pouco afirmativo na esfera social. Deste modo, a participação dos jovens portugueses tenderia a privilegiar a intervenção política à social.

#### AS ATITUDES PERANTE A DEMOCRACIA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

A questão que agora será analisada procura estabelecer a resultante de duas tendências de sinais contrários. Se as convicções democráticas podem constituir uma força — não custa admiti-lo — que impele para a participação, a insatisfação em relação ao funcionamento democrático actua no sentido inverso, acentuando o retraimento individual e desmotivando a acção colectiva. Admitindo o efeito destas tendências, pode antever-se que a capacidade de mobilização e de acção atingirá o valor máximo nos jovens democratas satisfeitos e provavelmente o mínimo nos desafectos insatisfeitos. Mais difícil de antever é o efeito da combinação entre a insatisfação e as convicções democráticas na participação. Que direcção tomarão os jovens insatisfeitos? Tenderão a transformar-se em força crítica visando o melhoramento da sociedade e a regeneração das instituições

democráticas ou, pelo contrário, tenderão a afastar-se do exercício da cidadania cívica e política? O protagonismo do grupo dos democratas insatisfeitos surge, assim, como uma das principais questões que importa esclarecer, não sendo possível admitir à partida a amplitude da conversão do descontentamento em atitude crítica. Quanto aos jovens desafectos satisfeitos, na ausência de convicções democráticas, não são de prever elevados níveis de participação, ainda que a satisfação que revelam os possa incentivar a agir em determinadas áreas, preferencialmente na esfera social.

A primeira observação sobre a relação entre as atitudes perante a democracia e a participação política e social consiste em assinalar a associação significativa<sup>6</sup> registada em todos os indicadores (Quadro 7). As conexões fortes e influências mútuas entre as atitudes favoráveis à democracia e o correspondente exercício cívico e político confirmam a relação genérica que se estabeleceu à partida, faltando agora descrever como os grupos «dissonantes», ou seja, que combinam uma atitude favorável com outra desfavorável, se comportam em relação aos outros.

Começando por descrever o impacto das atitudes sobre o primeiro indicador político, verifica-se que o exercício eleitoral é mais concorrido nos democratas satisfeitos (69,2%), seguidos de muito perto pelos democratas insatisfeitos (67%). O comportamento eleitoral dos dois grupos de jovens desafectos é semelhante entre si e bastante distanciado do dos jovens democratas, caracterizando-se sobretudo por um elevado abstencionismo: maioritariamente não exercem o direito de voto. O contraste não poderia ser assim mais nítido: elevada participação do lado dos democratas e absentismo do lado dos jovens desafectos. Deste modo, pode depreender-se deste indicador que a participação eleitoral está associada às convicções democráticas e é relativamente pouco afectada pela maior ou menor satisfação que os jovens experimentam com o funcionamento da sociedade. Votar é antes de tudo um dever de quem partilha a ideia de cidadania. Se essa concepção não existe, há menos motivação para agir segundo as regras que dela derivam.

---

<sup>6</sup> A medida de associação usada é o *V* de Cramer.

## As atitudes perante a democracia e a participação social e política

[Quadro 7]

	Democratas satisfeitos	Democratas insatisfeitos	Desafectos insatisfeitos	Desafectos satisfeitos	Total
Total	36,5	34,7	20,3	8,5	100
Votou eleições legislativas	69,2	67,0	44,3	46,9	61,6
Não votou (V=0,215; p=0,000) n=589, idade >= 21 anos	30,8	33,0	55,7	53,1	38,4
Sim, quase de certeza	48,1	41,2	32,3	21,9	40,5
Sim, é provável	28,1	32,3	26,8	37,0	30,1
É pouco provável	8,6	16,0	15,2	12,3	12,8
Quase de certeza que não vou (V=0,132; p=0,000)	15,1	10,5	25,6	28,8	16,6
Participação nula	31,0	26,5	43,7	36,7	32,5
Participação baixa	34,5	39,8	32,1	40,5	36,4
Participação moderada ou alta (V=0,106; p=0,002)	34,5	33,6	24,2	22,8	31,1
Não voluntário	81,1	88,6	89,2	88,5	86,0
Voluntário (V=0,106; p=0,016)	18,9	11,4	10,8	11,5	14,0
Sem participação associativa	67,7	75,6	78,9	73,1	67,7
Participação em 1 associação	21,1	17,6	15,3	17,9	21,1
Participação em 2 ou mais (V=0,076; p=0,100)	11,1	6,8	5,8	9,0	11,1

Esta tendência relativa à participação política formal pode ainda ser analisada com base no indicador da intenção de voto. Os resultados obtidos são menos drásticos, mas mesmo assim corroboram as observações feitas em relação ao exercício eleitoral nas eleições para o parlamento. Vista por este indicador, a participação basicamente aumenta em todos os grupos, especialmente nos jovens desafectos, fazendo baixar significativamente a abstenção. Idealmente a maioria dos jovens acha que deveria ir votar, embora, como mostrou o indicador da prática eleitoral, uma parte deles acabe por abster-se. Em todo o caso, é importante observar que mesmo havendo uma descida em termos de intenção, a abstenção continua a registar valores expressivos: 40% dos jovens desafectos dizem claramente que de certeza ou muito provavelmente não irão votar. Há, conseqüentemente, uma recusa explícita da participação por parte de muitos destes jovens. Do lado dos jovens democratas, a posição é completamente inversa, revelando a maioria uma intenção favorável. À luz do indicador de intenção do voto, são confirmadas as mesmas relações que se observaram a propósito da prática efectiva do voto, ou seja, de que há uma congruência entre as convicções democráticas e o comportamento eleitoral dos jovens que as perfilham.

O último dos três indicadores políticos diz respeito à participação não institucional que refere as acções e iniciativas que não se inserem no âmbito do funcionamento do sistema político mas que decorrem dos direitos de cidadania. O indicador já foi anteriormente referido, pelo que se pode passar de imediato a descrever as conexões que estabelece com as atitudes perante a democracia. Começando por isolar o nível de participação nula, ou seja, os jovens que nunca se envolveram nas acções ou iniciativas inquiridas, verifica-se que os valores mais elevados se observam, sem surpresa, no grupo dos desafectos insatisfeitos, atingindo quase um em cada dois destes jovens (43,7%). Em contrapartida, o valor mais baixo regista-se precisamente no grupo antípoda dos jovens democratas insatisfeitos (26,5%), ainda que o outro grupo democrata não surja muito longe (31%).

Esta supremacia dos jovens democratas insatisfeitos poderá significar uma maior propensão deste grupo para o activismo político não convencional, indo ao encontro da ideia de que o descontentamento poderia corresponder a uma posição crítica e mais empenhada na procura de vias democráticas alternativas, mas antes de se poder concluir neste sentido torna-se também necessário considerar a intensidade desse activismo. Mas o que fica desde já estabelecido é o maior protagonismo dos jovens democratas no âmbito político não institucional. Os democratas revelam sempre uma maior propensão para se envolverem e intervirem na esfera política independentemente da natureza institucional ou não institucional da acção em causa. Acrescente-se ainda que a diferença entre os jovens desafectos satisfeitos e insatisfeitos é significativa e vai no sentido de mostrar que a satisfação com o funcionamento democrático predispõe mais facilmente à participação.

Quanto à intensidade da participação, que se desdobra num nível baixo e noutro moderado e alto, suscita essencialmente duas observações. A primeira refere-se aos grupos mais passivos e a segunda aos mais activos. A diferença entre os jovens desafectos satisfeitos e os insatisfeitos radica sobretudo no nível mais baixo de participação, já que no nível moderado e alto se mostra pouco significativa. Neste sentido, pode afirmar-se que os satisfeitos são mais activos, mas que o seu envolvimento na acção é pouco intenso, confirmando-se, em todo o caso, a ideia de que a satisfação favorece a participação mesmo na ausência de convicções democráticas.

Em relação à diferença entre os democratas satisfeitos e os não insatisfeitos verifica-se que o maior protagonismo destes últimos

se centra no nível mais baixo de participação, sendo ligeiramente favorável aos primeiros no nível moderado e alto. Por conseguinte, a diferença em termos de protagonismo é pouco significativa, não permitindo justificar uma propensão específica dos jovens democratas insatisfeitos por acções de natureza não institucional. Ainda que se possa supor que seja verdade para uma parte dos democratas insatisfeitos, a insatisfação não se converte de forma generalizada em atitude crítica e em posições alternativas de acção. Os dados relativos a este tipo de participação vão assim ao encontro dos indicadores políticos convencionais no sentido em que assinalam principalmente a influência das convicções democráticas na participação política, quer seja ou não de âmbito institucional, e o papel praticamente inoperante do descontentamento. Deste modo, o exercício da cidadania política parece sobretudo implicar a adesão prévia a valores e ideais democráticos.

Esclarecida a relação entre as atitudes face à democracia e a participação política, especialmente a questão da presumível posição crítica dos jovens insatisfeitos, interessa agora ver em que medida a insatisfação pode afectar a participação no campo social. A atitude de alheamento em relação à cidadania e participação políticas dos jovens desafectos propagar-se-á também ao campo social? Ou será de admitir, como se sugeriu, que uma atitude positiva face ao funcionamento da sociedade poderá predispor a um envolvimento mais favorável, em particular no campo associativo e no voluntariado? Seguindo o procedimento analítico que foi aplicado aos indicadores políticos, a primeira observação incide no grau de associação entre as atitudes face à democracia e a participação social. Os valores obtidos pelo teste estatístico a que se recorreu, mostram que, no caso do associativismo, a relação não é significativa e, no do voluntariado, ainda que a relação revele uma associação, o nível de significância é pouco elevado.

Independentemente da reduzida significância estatística, não poderemos deixar de observar, em abono das hipóteses que sustentamos, que os jovens democratas satisfeitos são os que mais se envolvem em actividades de voluntariado. A propensão que revelam é quase duas vezes superior à dos outros jovens, que não apresentam entre si níveis de envolvimento diferenciados. Por conseguinte, a associação que se detectou entre voluntariado e atitudes diz exclusivamente respeito à dissensão do grupo mais activo. O comportamento diferenciado deste grupo volta de novo a manifestar-se em relação à acção associativa. Com efeito, os jovens democratas satisfeitos estão também mais presentes na experiência associativa e acumulam mais frequentemente

múltiplas pertenças. Apesar de estarem em vantagem em relação aos outros jovens, que entre si registam algumas diferenças, essa vantagem não é de todo muito expressiva. Os menos participativos são os jovens desafectos insatisfeitos, apresentando-se os jovens desafectos satisfeitos numa posição um pouco mais à frente da dos jovens democratas insatisfeitos, sobretudo nas pertenças associativas múltiplas. Mas, como todas estas diferenças têm pouco ou nenhum significado estatístico, a conclusão que se retira destes dados aponta no sentido de a participação associativa não ser muito afectada nem pelas convicções nem pela satisfação com a democracia. A razão de ser desta ausência de associação talvez se deva ao facto de o associativismo, contrariamente ao voluntariado, não assumir necessariamente um sentido de intervenção cívica. Muitas associações, especialmente no campo desportivo, pressupõem apenas a existência de um utente ou de um consumidor de serviços ou de actividades, e não promovem qualquer acção que se inscreva no âmbito do exercício de cidadania ou em prol da comunidade. É por isso que a pertença associativa aparece tão desligada das atitudes. No caso do voluntariado esta relação está presente, mas o facto de surgir apenas associada, e ainda assim de forma pouco pronunciada, aos jovens democratas satisfeitos, sugere que, apesar de exercerem uma influência positiva, as convicções democráticas não constituem o único, e muito possivelmente, nem o mais importante factor de motivação do voluntariado social.

## CONCLUSÃO

A análise realizada sobre as atitudes face à democracia e à participação política e social dos jovens permite destacar duas conclusões importantes. A primeira, sublinha a existência simultânea de convicções democráticas bastantes generalizadas na população juvenil e um sentimento maioritário de descontentamento relativamente ao modo como a democracia funciona na sociedade portuguesa. Como se notou, a este descontentamento estará provavelmente associado não apenas a incapacidade da sociedade, que se acentuou com a desaceleração económica dos últimos anos, em sustentar e satisfazer as expectativas sociais e económicas dos sectores juvenis, mas também uma certa degradação das instituições democráticas que têm revelado alguma dificuldade em darem de si mesmas uma imagem mais transparente e credível. Apesar de o descontentamento ser significativo, não se assinala qualquer ameaça à sustentabilidade política da democracia. O facto de as crenças ou as orientações não democráticas terem fraca expressão e

visibilidade, permite sustentar que o apoio à democracia é em grande medida independente do maior ou menor grau de descontentamento que os jovens experimentam em relação ao seu funcionamento.

Sem se ter entrado na discussão do declínio da participação política e social que alguns defendem, a análise realizada permitiu chegar a uma segunda conclusão que salienta o facto de o descontentamento não provocar necessariamente a redução ou a dissipação da presença juvenil na esfera pública. O descontentamento só induz apatia e indiferença políticas quando se faz acompanhar por uma ausência de convicções democráticas. A consciência dos deveres cívicos e do exercício dos direitos que decorrem da cidadania democrática explica que os jovens que a manifestam se mostrem politicamente mais participativos mesmo quando expressam descontentamento em relação ao funcionamento da democracia. No entanto, não se encontrou evidência empírica que possa sustentar a hipótese de que o descontentamento democrático alimente uma atitude crítica que predisporia um número crescente de jovens a intervirem no sentido de mudarem e melhorarem os canais e os mecanismos de participação da democracia representativa. A participação aparece assim como apanágio dos jovens que surgem mais identificados com as instituições democráticas, sendo esta a razão que pode também explicar a prevalência da acção política convencional, designadamente a eleitoral, sobre as formas alternativas de envolvimento político.

FERREIRA, P. M. Youth and democracy in Portugal. *Revista ORG & DEMO* (Marília), v. 8, n.1/2, Já.-Jun./Jul.-Dez., p. 69-92, 2007.

#### REFERÊNCIAS

ALMOND, G.; VERBA, S. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

CABRAL, M. V. Grupos de simpatia partidária em Portugal: perfil sociográfico e atitude sociais. *Análise Social*. n. 130, p. 175-205, 1995.

CABRAL, M. V. Confiança, mobilização e representação política em Portugal. In: FREIRE A., LOBO, M. C. e MAGALHÃES P. (eds.). *Portugal a Votos: as Eleições Legislativas de 2002*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

DALTON, R.; WATTENBERG, M.; McAllister, I. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. *Análise Social*. n. 38, p. 295-320, 2003.

FERREIRA, P. M.

EASTON, R. J. *A System Analysis of Political Life*. Nova Iorque: Wiley, 1965.

FREIRE, A.; MAGALHÃES, P. *A abstenção Eleitoral em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002..

FUCHS, D. Trends in political Support in the Federal Republic of German. In: BERG-SCHLOSSER, D.; RYTLEWSKI, R. (eds.), *Political Culture in Germany*. Londres: Macmillan, 1993.

GAISER, W. et al. Youth and democracy in Germany. *Journal of Youth Studies*. vol. 6, nº 3, p. 295-316, 2003.

GRAY, M.; CAUL, M. Declining voter turnout in advanced industrial democracies. *Comparative Political Studies*. n. 33, p.1091-1122, 2000.

HUCKFELDT, R.; SPRAGUE, J. Citizens, politics and social communication: information and influence in an election campaign. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1995.

KLINGEMANN, H-D. Mapping political support in the 1990s: a global analysis. In: Norris, P. (ed.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

LANE, J.-E; ERSON, E.S. *Politics and Society in Western Europe*. Londres, Sage Publications, 1999.

MAGALHÃES, P. Democratas, descontentes e desafectos. In: FREIRE A., LOBO, M. C. e MAGALHÃES P. (eds.). *Portugal a Votos: as Eleições Legislativas de 2002*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

MONTERO J.; GUNTHER, R.; TORCAL, M. Actitudes hacia la democracia en España: legitimidad, descontento y desafección. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. n. 83, p. 9-40, 1998.

NORRIS, P. (ed.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

PHARR, S.; PUTMAN, R. D. (eds.). *Disaffected Democracies*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

PUTMAN, R. D. *Democracies in Flux*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, L; BRADY, H. E. *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

WILSON, J. Volunteering. *Annual Review of Sociology*. n. 26, p. 215-240, 2000.